

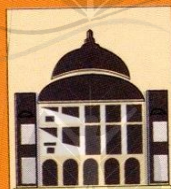
Coleção Documentos da Amazônia Nº 13

Portugal na Amazônia

- 1932 -

■ Fac-similado ■

Paulo Eleutherio



Edições Governo do Amazonas

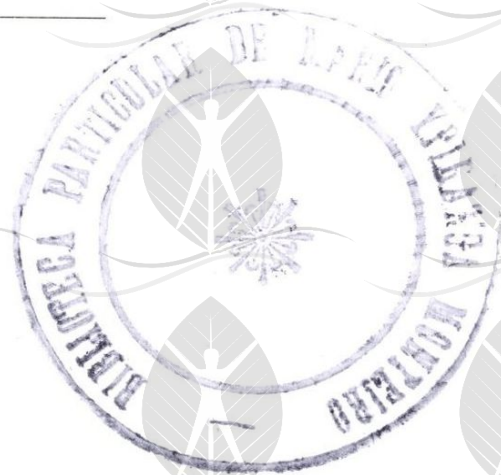
PORTUGAL NA AMAZONIA

Paulo Eleutherio

1932

(Fac-similado)

Coleção
Documentos
da Amazônia
N. 13



*Am m
00 78*





PORTUGAL NA AMAZONIA

(Fac-similado)

Edições Governo do Estado do Amazonas

**NOSSO
AMAZONAS** 
NOVO CAMINHO PARA O BRASIL

AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, TURISMO E DESPORTO

Governador do Amazonas
Amazonino Armando Mendes

Vice-Governador do Amazonas
Samuel Assayag Hanan

Secretário de Estado da Cultura, Turismo e Desporto
Robério dos Santos Pereira Braga

Subsecretária de Estado da Cultura, Turismo e Desporto
Vânia Maria Cyrino Barbosa

Secretária Executiva Adjunto
Inês Lima Daou

Coordenador das Edições
Antônio Auzier Ramos

Associação dos Amigos da Cultura
Saul Benchimol
Presidente

Max Carpentier
Diretor Executivo



PORTUGAL NA AMAZONIA

Paulo Eleutherio

1932

(Fac-similado)

Coleção
Documentos
da Amazônia

N. 13

Manaus

**Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto**

2000

Copyright © 2000 Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto

Editor: Algenir Ferraz Suano da Silva

Capa: Tape Publicidade

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Coordenação de Editoração da UA

Eleutherio, Paulo

Portugal na Amazonia / Paulo Eleutherio
(fac-similado) Manaus: Governo do Estado do
Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura,
Turismo e Desporto, 2000.

40 p.: 22cm (Coleção Documentos da
Amazônia, n. 13).

1. Amazônia - História I. Título

CDD 981.2

CDU 981(811.31)

Apresentação

A recomposição histórica da Amazônia, e em especial do Amazonas, vem sendo feita também pela reedição de obras consideradas de alto interesse para os estudos regionais, os clássicos, e pelas raridades que escassearam de há muito, nas prateleiras das bibliotecas e livrarias.

O presente estudo “Portugal na Amazônia”, do escritor e professor Paulo Elheutério Alvares da Silva, publicado pela primeira vez em 1932 na condição de secretário do Instituto Histórico do Pará, serve a este objetivo.

Paulo Elheutério Álvares da Silva nasceu em Pernambuco em 1866, foi professor, escritor, jornalista, acadêmico e líder político filiado ao Integralismo. Membro das Academias Amazonense e Paraense de Letras, integrou várias outras instituições culturais, trabalhou em Manaus e Belém, e escreveu intensamente desde 1908.

Neste estudo oferece sua contribuição ao aprofundamento das questões relativas a atuação e feitos portugueses no Estado do Maranhão e Grão Pará nos séculos XVII, XVIII e primeiros anos do século XIX, com autoridade de professor de História Geral e do Brasil da antiga Escola Normal do Amazonas, de História da Universidade Livre de Manáos e catedrático de História Universal e do Brasil do Ginásio Amazonense Pedro II e fundador e secretário do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, professor de História do Ginásio Paraense e secretário perpétuo do Instituto do Pará.

Trata-se da memória histórica que enviou à Assembléia do Instituto Panamericano de Geografia e História no qual ressalta a figura de Vieira, analisa a fundação da Companhia de Comércio Grão Pará e a política do marquês de Pombal, revisando o drama da conquista lusa pelo interior do vale amazônico até a capitania de São José do Rio Negro, documento que foi acolhido pelo instituto com o aval do presidente A. Tavares de Lyra.

Que sirva aos estudos de agora para reconhecimento do passado e popularização das tão reservadas fontes de história da Amazônia.

Robério Braga



3ª SECÇÃO

MEMÓRIA N. 6

PORTUGUAL NA AMAZONIA

MEMORIA HISTORICA SOBRE A ACTUAÇÃO E EFEITOS DOS PORTUGUEZES NO ANTIGO ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO PARÁ, NOS SÉCULOS XVII, XVIII E COEMÇOS DO SÉCULO XIX.

POR

Paulo Eleutherio

Secretario Perpetuo do Instituto Histórico do Pará



PORTUGAL NA AMAZÔNIA

I

VOCAÇÃO, FÉ DE OFÍCIO E PREGÃO DAS GLÓRIAS PORTUGUESAS

Como outrora sucedeu aos Fenícios, que, à mingua de terras por onde se dilatassem, buscaram no mar o derivativo de suas atividades, assim Portugal viu delineada a vocação marítima de seus filhos, cuja fé de ofício o grande épico da raça indicou naquele verso lapidar:

“Por mares nunca de antes navegados”....

O exemplo dos outros povos da Europa, em principal Gênova, com a sua poderosa marinha mercante e militar, que sugestionava e engrandecia o século XIV, assim como a expansão que através do mar conquistavam ingleses, espanhóis, franceses e holandeses, tudo isso resultou numa acentuada orientação aos filhos da Lusitânia, cujo destino a providencial Escola de Sagres sistematizou nas primeiras arrojadas viagens por mar, realizando o sonho precursor do infante dom Henrique.

O que foram as navegações portuguesas naquela era, - que ficou denominada "cavaleira do Oceano" - aí estão a dizer a inauguração da via marítima da Ásia pelo caminho das Índias; a renovação, pelas caravelas de Portugal, da façanha dos Fenícios do faraó Neoháu, dando a volta ao mundo, e, finalmente, para resumir, o descobrimento da Terra de Santa Cruz, que tanto lustre deu às já famosas quinas do pequeno e grande povo do Ocidente da Europa.

Foi essa, em suma, a gloriosa fé de ofício dos portugueses, que tiveram o seu maior e mais alto pregão na grande voz dos Lusíadas, que enche da esplendida harmonia da vitória toda a ronda dos séculos de que se orgulha a história de Portugal.

“Foi Camões a voz da nacionalidade lusitana, fadada para contar à posteridade a epopéia marítima e civilizadora que lhe dera o destino. E essa voz foi digna da proeza que celebrou” (Afrânio Peixoto. “Minha Terra e Minha Gente”, pág. 48).

Muito além de todas as epopéias antigas, que celebravam muita vez episódios resultantes de façanhas pessoais, ou que se limitavam a campos e cidades, os “Lusíadas” abrangem os destinos de uma civilização nova e encerram em seus “cantos” e “estâncias” toda a história memorável de um povo, que excedeu a quantos se tornaram dignos da admiração do mundo.

Glória, glória a Luiz de Camões, que muito antes de todos os historiadores da península e da Europa, foi o grande artífice de um monumento eterno, construtor maravilhoso de uma obra que nem o tempo destruirá, porque é a tradição da Fama, pois o relevo dos anos ainda mais realça e engradence a glória dessa.

..... gente ousada mais que quantas,
no mundo commetteram grandes cousas!

(Camões. Canto V, est.41).

Ao delinear as primeiras páginas desta memória histórica, em que tentarei lembrar e reivindicar as glórias da atuação portuguesa na Amazônia, a maior parcela geograficamente autônoma do Brasil, ergo a minha emoção cívica em "sursum corda" para as grandes eminências do pensamento num gesto comovido de louvor e de exaltação:

Glória a Luiz de Camões, glória aos Lusíadas!

II

BRASIL E AMAZÔNIA, DILATADOS PATRIMÔNIO LUSOS

Ao jucundo episódio do descobrimento da rota das Índias, em que se ilustrara o grande Vasco da Gama, Portugal reuniu, em 1500, já sob o cetro do rei Venturoso, o mais refulgente capítulo de sua história marítima, no intercâmbio entre o Levante e o Poente: o descobrimento da Terra de Santa Cruz.

Ao receber dom Manuel a primeira página da história do Brasil, que foi a carta de Pero Vaz de Caminha, o escrivão da Armada de Pedro Álvares Cabral, almirante que teve a glória de mostrar por sua vez "novos mundos ao mundo", o rei português encheu de inveja e cúbica os povos da Europa, com a notícia e as alviças de que os portugueses realizavam a sua vocação e continuavam suas navegações através do mar oceano.....

..... para buscar do mundo novas partes (IV-85).

Por muito tempo, vivendo da glória que o novo descobrimento lhe permitia, Portugal deixou o Brasil como ponto de escala de suas frotas para a Índia, enquanto a sua diplomacia escrevia os protocolos de que participava a Espanha e o Papado, este verdadeiro árbitro da destinação do mundo entre os povos e nações católicas. Aproveitou-se desse interregno a cobiçosa indústria dos navegadores europeus, que talavam os mares, na expectativa de presa fácil e vantajosa. Assim viveu o Brasil algum tempo, até que o rei dom João III, zeloso do grande patrimônio luso, dividiu a nova terra em quinhões, que doou a pessoas de valia, que mereceram tamanha honra e grandeza, tornando-se verdadeiros senhores feudais nesta parte oriental da América do Sul.

Um desses quinhões, o maior de todos, e apesar disso ainda ignorado quanto à sua verdadeira extensão, foi à maravilhosa Amazônia, outrora denominada simplesmente Capitania do Marañon ou Rio de Santa Maria de Iar mar Dulce, segundo o batizou Vicente Yáñez Pinzón.

Estam os no século XVI. Em todo ele, enquanto que no meio norte, Pernambuco e Baía e, no sul, Rio de Ja-

neiro e São Vicente (São Paulo atual) orientavam os dias de sua futura prosperidade, as regiões imensas que estavam sob as divisórias da Capitania do Maranhão permaneceram em abandono, resultando malograda a primeira tentativa de colonização.

A que afortunado mortal couberam, de princípio, tão grandes latifúndios, os maiores de toda a América, os mais luxuriantes, os mais opulentos, os mais capazes para conter uma nova civilização?

A João de Barros, primeiro e admirado clássico da prosa portuguesa, depois de Luiz de Camões, que foi no verso, o maior de todos os clássicos.

Glória a João de Barros, historiador eminente, prosador magnífico, primeiro e ilustre donatário das terras ferazes da Amazônia Brasileira!

III

UMA PÁGINA DA HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO: A CAPITANIA DO MARANHÃO

Defluía ainda o século XVI, quási todo ele circunscrito às tentativas e realizações da colonização do Brasil, quando, na divisão da nova terra em capitanias, coube a do Maranhão a João de Barros.

Ficava o quinhão do extremo setentrião situado ao norte da Capitania de Itamaracá, e não tinha por limites sinão 50 léguas de costa, justamente na zona em que se faziam mais atrevidas as incursões de europeus, em especial de franceses, que tiveram, antes que os portugueses a possibilidade do primeiro estabelecimento no Maranhão, enquanto que ingleses e holandeses disputavam situações ao longo da foz do grande rio.

João de Barros, feitor da Casa da Índia, ao receber a valiosa mercê de dom João, "cuidou de se aproveitar a si e a seus amigos", armando uma frota que partiu de Lisboa em 1535 com Fernando Álvares de Andrade, tesoureiro-mordo Reino, e Aires da Cunha, que veio por capitão. Traziam 10 navios e pouco menos de 1000 homens, vindo entre estes dois filhos de João de Barros. Águas e ventos foram desfavoráveis à primeira expedição regular de portugueses que trouxe às terras da Amazônia o pavilhão das Quinas. Nos baixos maranhenses, toda a armada se perdeu,

escapando felizmente muitos tripulantes, que se internaram pela ilha (atualmente São Luiz), fazendo pazes e estabelecendo convivência com o gentio tapuia.

Ai os portugueses, entre os quais os dois filhos do João de Barros, realizaram o primeiro cruzamento de sangue com os indígenas brasileiros, confundindo-se num mesmo destino.

Nesse instante da colonização, fala bem alto frei Vicente do salvador em sua "História do Brasil": "... E chegou o trato e amizade a tanto que alguns houveram filhos dos tapuias, como se descobriu depois que cresceram, não só porque barbaram, e barbam ainda hoje todos os seus descendentes, como seus pais e avós, sinão pelo amor que tem aos portugueses, em tanta maneira que nunca jamais quizeram paz com os outros gentios, nem com os franceses" ("Hist. do Brás." Pág.130).

O malôgro da colonização da antiga Capitania do Maranhão, que então abrangia tôdas as terras do extremo norte do Brasil, causou a ruína financeira de grande João de Barros e daqueles que com êle se associaram na temerária e difícil emprêsa, restando-lhes, apenas, a alegria de ver de vôvo seus filhos, que outros navios vieram buscar, com os últimos recursos de que dispunha o eminente historiador português.

IV

EPISÓDIO DA TEMERÁRIA E MALOGRADA CONQUISTA MARANHENSE

Andando a correr a costa da Terra de Santa Cruz, "para descobrir alguma boa capitania para pedir a El Rey', Luiz de Melo da Silva, filho do alcaide-mor de Elvas, chegando a Pernambuco "desgarrou com o tempo e as águas e se foi entrar no Maranhão, do qual se contentou muito e tomou língua do gentio" (Frei. Vic. Do Salv., ob. Cit., pág. 133).

Ai Mello e Silva, ou Mello da Silva se entreteve em reconhecimento com gente da terra, convicto de que muito serviria a seus desejos aquele belo quinhão abandonado e onde havia tantas razões para se tornar um dia opulento, cooperando pela prosperidade do novo país.

Aproou então a sua caravela no rumo de Portugal e chegando a Lisboa, comprometeu-se perante El-Rei e a Corte a conquistar e povoar a Capitania, que, desde o ma-

logro da expedição de João de Barros, volveu ao patrimônio da corôa.

Armando em 1554 uma pequena frota de três naus e duas caravelas, tornou Afello e Silva no Maranhão, onde novanento as maus fados exterminaram a empresa conquistadora. Nos parais e baixios da barra, sacudida pela violência das águas e dos ventos, a modesta frota se espatifou, salvando-se apenas uma caravela em que Mello e Silva retornou a Portugal.

Mais feliz do que João de Barros, pode o filho do alcaide-mór de Elvas recuperar o sacrifício de seus recursos esgotados numa expedição à Índia, de onde volveu a Portugal, glorioso de seus feitos e ciosa de suas riquezas ;ol.pirida., no Oriente.

Essa segunda tentativa de colonização lusa no Maranhão deu oportunidade a que ninguém mais se atrevesse a tamanha empresa, em que tantos haveres e vidas se haviam inutilmente consumido.

Foram êsses os primeiros e bem dilatados tributos que a energia e a pertinácia portuguesas pagaram nas terras e águas destas latitudes do Brasil, que ficou, de novo, à mercê da cobiça dos europeus de entras terras don Velho Mundo. Abre-se então o longo paradesis em que, aproveitando hábilmente a aparente despreocupação de Portugal, os franceses se estabeleceram no Maranhão, tendo sido mais felizes em sua chegada à ilha, que denominarim de São, Luiz, mas onde já encontraram gentios descendentes dos primeiros portugueses das aludidas expedições malogradas.

Contudo, si o ciclo histórico da colonização, que se nos encerra nos últimos dias do século XVI, assistia à formação subreptícia de uma França Equinocial nestes extremos, para afirmar a conquista maior da França Antártica no sul do Brasil, tudo isso era, ainda assim, o prólogo de uma vitória maior que Portugal deveria vir conquistar anos depois, nestas plagas setentrionais.

V

OS PORTUGUESES INSTALAM-SE DEFINITIVAMENTE NO EXTREMO NORTE BRASILEIRO

Chegavam insistentemente a Portugal as notícias da expansão colonizadora dos franceses; no norte do Brasil,

onde Daniel de la Touche, senhor de ia Ravardière, se estabeleceu no Maranhão e empreendia a conquista e colonização da desconhecida Amazônia, em arrojadas incursões pelo Tocantins e pelo próprio Rio Mar.

A invasão francesa comoçaria sob a influência de Jaeques Riffault, um dos famosos armadores de Dieppe, diaqueles que faziam o curso pela extensa costa do Brasil. O acaso de unia borrasca fê-lo arribar ao Maranhão, que julgott desde logo prêsa de valia e onde deixatu, a infiltrarse por entro o gentio, o seu companheiro Charles des Vaux e se fez de vela para a França em 1567.

Demorando Riffault, dois anos depois o próprio Des Vaux foi à França o de, lá velo, depois, com Daniel de la Touche, com quem, nu realidade, corneça a colonização francesa do Maranhão.

Mas, Portugal, já então vigilante ao alvorecer do século XVII, entregou a missão da defesa da grande região desconhecida, que era a Amazônia, a Gaspar de Sousa, governador geral, que da Baía se transfere para Pernambuco, onde melhor, pôde empreender os demorados e custosos preparativos e realizar, depois, a expedição para a investida contra os franceses do Maranhão. A trabalhosa emprêsa foi confiada ao comando do Jeronymo de Albuquerque, que recebeu o título de capitão-mor da conquista.

Desde as primeiras escaramuças, em fins de Outubro de 1614, a luta entre portugueses o francesps teve ascendências e tréguas, tendo havido mesmo um armistício, depois da vitória lusa de Gitaxenduba. A contenda se notabilizou e teve o seu termino com o aumento das tropas de combate vindas um ano depois sob o comando de Alexandre de Moura, também nomeado capitão-mór da conquista. Esse fato resultava numa aprelerição dos direitos de Jerônimo de Albuquerque, já então chamado - Maranhão, - contra quem a neces~sária suspensão de hostilidades com os franceses por via de seus poucos recursos encheria de cólera o vice-rei Aleixo de Menezes.

Trazendo ainda consigo a Martim Soares Moreno, "otenacíssinio agente da conquista dias regiões nortistas" capitão-mór do Ceará, e a Bento Maciel Parente, cujo nome se teria de ilustrar em vários feitos da nova conquista portuguesa, Alexandre Moura, em fins de 1615, ancorou a sua armada em frente a São Luiz e participou suas instruções a Jerônimo de Albuquerque.

Eis como um escritor luso, a muito brasileiro pelas suas relações conosco, descreve o sucedido:

"O alquebrado batalhador (Jerônimo de Albuquerque), em quem pode mais o amor da pátria que a preterição sofrida, sitiou o acampamento francez: A esquadra perretrou no dia seguinte, 1 de novembro, saltando a marinhagem na ponta do São Francisco, onde se construiu um forlim: - o de Sardinha.

Intimado a entregar-se, Ravardièr encaminhou-se áquelle posto militar e subscreven o auto de rendição" (FRAN PAXECO, "O Maranhão", subs.hist. e chor., pag. 53).

VI

A BRAVA GENTE LUSA INGRESSA NA REGIÃO MARAVILHOSA

Enverrado o domínio francês no Maranhão, que os portugueses haviam começado a hostilizar desde ris primeiras temerárias incursões de Martim Soares Moreno, era tempo de pruisar rio que existia mais para o norte, onde também haviarir estado os frartepseg, recol;bendo e divulgando notícias da vastidão das terras abandonadas, sórinento defendida. q jwht nititireza liravia nessa região ainda desconhecida, cheia do maravilhas ignoradas ou de notícias fantasiosas, onde as lindes das florestas gigantescas se confundiam com a imensidão dos rios vastíssimos...

Vale a impressão de um escritor, destas plagas ao resumir, em sugestiva síntese, a conquista em que mais uma vez se cobriram de glória os portugueses:

"Naqueles évos, o Grão Pará era um mundo todo um intrincado dedalo de rios e paranás, insulas e lagos, ribeiros e torrentes, confinados entre as linhas murais da floresta primitiva, admirável de belleza e opulencia, immensa, mysteriosa, impene-

travel, em eterna virencia o eterna floração, a fluir e a verter numa lhanura que foi "habitat" das onciais e que ora recebe n contribuição de tres pliolaltos, constituindo o mais vasto, o mis grandioso, o mais feliz systema hydrographico da Terra. O centro desse systema é um mar interior; o seu leito - uma planicie entre o Oceano e os Andes! No confim da fronteira occidental, depois de 3.200 tan. de extensão, o barometro accusa, apenas 80 metrns sobro o nível das marés syzygias!

A conquista de semelhante imperio demandava esforços gigantescos. Alem das hostilidades do meio havia a combater e homem. A floresta era selvatica, mas não deserta; guardava unia população guerreira: - os senhores da terra," (Alfredo Lamartine - Trietintenario da Fundação de Belém", pag. 20-21).

Eis o esplendido cenário grandioso da Amazônia oculta. Abria-se nas portuguesas, que iam empreender a conquista e, exploração do mundo ignoto, um brilhante capítulo de sua atuação entre os povos que no século XVII deram novos rumos 21 civilização, alargando extraordinariamente os domínios da Terra para o trabalho humano e inaugurando sim ciclo definitivo na delimitação territorial do Brasil, que, ficon sendo então, um dos maiores países do globo.

Sem a Amazônia, sem essa extensa região formidável de terras e águas que os portugueses dilataram até aos contrafortes andinos o Brasil não seria hoje essa vastidão de superfície que se alarga de Leste a Oeste, numa expansão incomensurável, em feliz coincidência com a enorme extensão que vai do promontório de Orange, no extremo norte, ao extremo sul, seguindo a costa atlântica atéo tranquilo arroio Chuí, nos; pampas gaúchos, que marginam o rio Uruguai.

VII

A JORNADA DO GRÃO PARÁ E RIO DAS AMAZONAS

Tratando dos primeiros exploradores portugueses no extremo norte do Brasil, meticoloso historiador Iparaense assim se exprime, após a narrafiva dos feitos de maior vulto:

"Avançava lenta porém segurante para o norte a muralha inderrocavel da gente portugueza,

methodica e inabalavel, vencendo todos os obstaculos e todas as reacções em todos os logares, Do sul ao meio norte, a conquista estava solidamente constituída; faltava apenas expulsar os estrangeiros da extremo norte o assegurar para sempre o domínio da coroa portugueza ira immensa região ainda não pisada por portuguezes" (Theodoro Braga, "Historia do Pará", pag. 26).

A posse do Maranhão abria aos portuguesas as largas portas da Grão Pará. Nessa conquista, havia tornado parte Francisco Caldeira de Castello Branco, capitão-már do Rio Grande do Norte, por nomeação de 1610. Vindo ao Maranhão, em 1615, com Jerônimo de Albuquerque, Caldeira se deixou ficar por solicitação de oficiais e soldados, coparticipando da sorte do capitão-mór da nova circunscrição da colônia.

Aos 25 de Dezembro, dia de Natal de 1615, partiu do forte de São Felipe em São Luiz, a expedição a quem Alexandre Moura incumbia da Jornada do Pará e cujo comando confiou a Francisco Caldeira, com o fito de afastá-lo do Maranhão, onde por seu "gênio máu, rixoso e autoritário, se havia incompatibilizado com alguns chefes" (Entre estes, Martim Soares Moreno, que fora dantes indicado para a missão).

A expedição era constituída de uma caravela, um patacho e um lanchão e tinha por capitães Alvaro Neto, Pedro de Freitas e Antônio da Fonseca. Entre os oficiais subalternos, que comandavam a gente de guerra (200 homens, inclusive 150 soldados escolhidas e equipados) estavam Gaspar de Macedo, Pedro Favela e Pedra Teixeira, que tanto se haviam de ilustrar na conquista, principalmente o último.

Vinha como piloto-mór Antônio Vicente Cochado; como tabelião, Frutuoso Lopes e como provedor, arditor o engenheiro, Francisco Frias de Mesquita. Honra e louvores a esses nomes, os primeiros dentre os que, conduzindo as gloriosas quinas portugnasas, haviam de pisar a terra maravilhosa da Amazônia, o que sucedeu a 12 de Janeiro de 1616.

Essa demora, pois a jornada se fizera em dezoito dias, se justifica no fato da navegação sornente ser feita durante o dia "para tomar as conhecenças de terra", como era de uso e necessário, por prudência o providência.

O próprio regimento da conquista recomendara que a expedição viesse costeando. Para entrar em relação com os índios, com os quais já tivera entendimentos e conhecia o

linguajar, veio na expedição Charles dos Vaux, figura que dantes se revelara útil na conquista do Maranhão para a coroa de França e que deixara ficar em São Luiz em contacto com a gente da Terra.

VIII

FUNDAÇÃO DE BELÉM E NOTÍCIAS DO FEITO LEVADAS AO AMARANHÃO

Tinham os portugueses, como intuito primacial em suas conquistas, levantar logo fortificação de defesa e garantia da posse. Foi assim que procedeu Francisco Caldeira, ao escolher o sítio em que devia fundar a primeira povoação lusa Poe estas plagas. Mandou logo construir um forte, que minou "Presépio", dando à povoação o nome de Nossa Senhora de Belém. Uma capela, que então mandou erguer, para completar a obra da expansão portuguesa pela cruz de Cristo, Caldeira entregou à invocação de Nossa Senhora da Graça.

E a terra? Que nome seria dado àquela dilatada porção do continente que tão bela e opulenta se apresentava? Era uma península formada à margem direita do rio Guamá em sua foz com a baía do Guarajá, a que chamavam também, e ainda chamam, rio Pará.

Voltando o seu pensamento até às ribas do Tejo, naquela era gloriosa das conquistas e da navegação, Caldeira não encontrou melhor batismo para as vastidões que acabava de tomar posse sinão denominando a terra de - Feliz Lusitânia.

A povoação ia sendo lentamente erguida, misturados os soldados, operários e índios amigos e trabalhadores de toda a sorte, azafamados e suarentos, numa atividade de pasmar, sob as duras decisões de Francisco Caldeira.

Mas estariam sós os portugueses? Não haveria, bem próximo deles, a expectativa curiosa dos índios adversos, alguns dos quais já se aproximavam, cautelosos, com expressivas ou fingidas disposições amigas?

Não estava aí, porém, o único obstáculo da expansão portuguesa. Para o norte da terra havia holandeses em número que excedia de trezentos, em meditada infiltração através de suas fortificações, no empenho de arrebataram aos lusos a fama da conquista.

Quando se apercebeu desses adversários de sua obra, que então se iniciava, Caldeira circunvagou o olhar entre

seus oficiais, e escolheu a Pedro Teixeira para a primeira audaciosa missão que teria de ser empreendida na Amazônia: ir por terra, com Antônio da Costa, dois soldados e 30 índios flecheiros, para levar ao Maranhão a notícia da fundação de Belém e trazer auxílios imediatos à continuação da conquista, como de sua defesa contra os estrangeiros que perlustravam a região.

Glória a Pedro Teixeira, que partindo a 7 de Março de 1616, chegou a 7 de Maio a São Luiz, dois meses de cruenta bravura, resistindo e afastando para as selvas os índios do Caeté e de outras aldeias e paragens da zona percorrida onde a sua tenacidade e o seu heroísmo abriram a primeira via de comunicação por terra nestes novos latifúndios da Feliz Lusitânia...

IX

DOS PRIMEIROS DIAS DA COLÔNIA À DOMINAÇÃO ESPANHOLA

Atendido Caldeira no Maranhão, vieram com Pedro Teixeira e mais Custódio Valente novos expedicionários aguerridos, que tiveram faustosa recepção na incipiente capital das novas conquistas lusas.

“Ia começar o investir da brecha, a guerra ao invasor, a destruição dos seus baluartes, o combate à rebeldia do aborígine, ora incitado pelos flibusteiros, ora revoltado contra aquellas normas de vida centralizada e trabalho obrigatório que a civilização instaurava em terras paraenses. (Alfredo Lamartine. Ob. cit. Pág.29).

Eis o quadro que se ia debuxar na epopéia amazônica, em que ficaram celebrados os maiores capitães da conquista e da navegação interior destas paragens brasileiras.

De 1616 a 1620, a Amazônia sofre então as conseqüências que ocasionaram mudanças de governo, que de caldeira castelo Branco passa às mãos de Rodrigues de Melo (1618) e um ano depois ao próprio capitão-mor do Maranhão, Jerônimo Fragoso de Albuquerque, a quem a morte surpreendo quando expandia benefícios no Grão Pará, com o concurso dos filhos das selvas, ao tempo em que o espírito de rebeldia ameaçava desarticular a unidade da campanha. Assume então o poder, nestas regiões, o primeiro brasileiro, Mathias de Albuquerque, primo do terceiro governador, cuja inesperada morte encerrava uma grande vida.

Enquanto isto ocorria, operava prodígios o gênio guerreiro de Pedro Teixeira, sempre vencedor e nunca vencido e a quem as incursões contra os selvícolas rebelados ou a luta com os estrangeiros, recalcitrantes em perturbar a conquista, endureciam a sua resistência e tornavam mais providas e veementes as suas audácias destemerosa.

Por outro lado, semeando a paz e propagando a fé, missionários capuchinhos se instalavam num hospício que erguiam no Una, às proximidades de Belém, e, com outros que depois vieram e se infiltraram na colônia, começaram a obra ingente da catequese e da civilização que deveria ter a sua maior figura naquele eminente jesuíta Padre Antônio Vieira, glória de sua raça e honra de sua comunidade, a mais famosa e combatida de todas as ordens religiosas do tempo.

Por sua vez, o Brasil passara, com Portugal e seguindo a sorte deste, para o domínio da Espanha, cujo rei, já então Felipe IV desses pais e III de Portugal, dividiu as terras de Santa Cruz em dois governos: um do Norte, que compreendia toda a Amazônia até ao Ceará, sob a denominação geral de Estado do Maranhão e Grão Pará, e um Sul em que se mantinha a denominação de Brasil e encerrava o restante do Nordeste, o centro e todo o Sul da colônia.

X

AS LUTAS QUE CIMENTARAM A POSSE LITORÁNEA PELAS ARMAS LUSAS

A dois Pedros - que teriam de ser pedras para a edificação da conquista portuguesa, - Pedro Teixeira e Pedro Favela - confiaram os capitães-mores do Grão Pará missões arrojadas, que ambos eles desempenharam com denodo e galhardia, aumentando com inusitado vigor os insignes lauréis da Lusitânia.

Realizavam-se também incursões às aldeias dos índios, cuja convivência se pretendia ampliar em concurso com os civilizados. Era capitão-mor Manuel d'Eça, que observando a falta de braços, em face da raridade de colonos previndos da metrópole, deliberou que se prosseguisse no resgate de índios, confiando a Pedro Teixeira a missão de aproximar da causa portuguesa os Tapuiussús, grande nação indígena que habitava os Tapajós.

Descreve assim um cronista esse episódio:

"O bom acolhimento dado a Pedro Teixeira não correspondeu á sua expectativa. Foi insignificante resgate. A povoação, em maioria, naturalmente escarmentada dos castelhanos mostrara-se contrária a tal permuta de indispor mercadorias. Entretanto, o chefe da expedição regressou satisfeito, por considerar-se o primeiro descobridor daquelle rio e de uma tribu tão numerosa de selvagens, como era aquela". (Barão de Guajará. "História Colonial do Pará", pág. 132 de ver. da Soc. de Est. Paraense. Tomo II, fasc. III e IV).

Ausente do Pará há perto de dois anos, o governador Francisco Coelho de Carvalho deixou no Maranhão seu filho Feliciano e veio a Belém, a cuja cidade concedeu em 1627 a primeira légua patrimonial, regularizando vários serviços da administração da colônia. Chegou mesmo a suspender o resgate e descimento de índios como "prejudicial à catequese".

A boa orientação do governador geral do Estado não foi infelizmente seguida, de sorte que, pouco tempo depois, uma expedição, agora sob o comando de Pedro Favela, incurcionou pelo Tocantins até a ladeia dos Pacajás onde, ao saber da desaprovação da empresa que lhe confiarão capitão-mór, Favela se limitou a paziguar suposta rebeldia de índios, obedecendo aos intuitos de pacificação com os silvícolas. A propósito, veio ao Pará Feliciano Coelho de Carvalho, incumbido de sindicâncias, tal era o empenho de manter na colônia as melhores relações entre os portugueses e os senhores naturais dela.

Seguiu-se essa fase um período de lutas cruentíssimas entre os portugueses e os estrangeiros que mais persistiam em se manter no Grão Pará. Holandeses, ingleses e franceses foram então duramente acossados pelas expedições lusas, atacados em seus fortins, diante dos quais, e das naves fli-busteiras, Pedro Teixeira e Pedro Favela foram as espadas vingadoras da ousadia e mantenedoras das conquistas lusas na Amazônia.

A presença do filho do governador geral do Estado do Maranhão e Grão Pará em Belém determinou, em face de agitações, uma série de providências, qual delas a mais rigorosa, sendo mesmo preso o capitão-mor Manuel d'Eça, que teve por substituto Luiz Aranha de Vasconcelos, em 1629.

XI

UM DOS MAIORES FEITOS DA RAÇA: A JORNADA DE PEDRO TEIXEIRA

Com a incorporação, aos bens da coroa espanhola, das duas capitanias do Maranhão e Pará, foram criadas três outras capitanias: a do Gurupí, doada a Álvaro de Sousa, filho do Governador geral do Brasil, Gaspar de Sousa (1633) a de Cameté (Camutá), doada a Francisco Coelho de Carvalho (1635) e a do Cabo do Norte doado a Bento Maciel Parente essa (1637).

O governador Coelho de Carvalho faleceu em 1636 em sua capitania de Cameté que ia tornar-se celebre pela partida da expedição de Pedro Teixeira. Essa inesperada morte determinou nova ordem de fatos, de maior ou menor influência nos destinos da colônia, mas que não tiveram o vulto do maior de todos, que foi a jornada do valente capitão português.

Essa viagem foi sugerida pelas notícias que, na descida do rio das Amazonas trouxeram a Belém, em 1637, os religiosos franciscanos Frei Domingos de Brieda e Frei André de Toledo, que fugiam das lutas tremendas em que se empenharam os espanhóis contra os índios Encabelados, na confluência dos rios Napo e Aguarico. Juan de Palácios o capitão da descida, fora morto e os pobres religiosos chegaram a Belém surpresa e "assombrados até do próprio salvamento".

Jacome Raimundo de Noronha, que se apossara do mando e da governança após a morte de Francisco Coelho de Carvalho 'sentiu a urgente necessidade de, cumprimento ordens, tão repetidas vezes transmitidas, perscrutar os confins dos domínios da coroa portuguesa, tocando as raias com o poderia espanhol". (Theod. Braga. "Hist. do Pará", p.68).

Foi então organizada a Expedição, que foi confiada a Pedro Teixeira, o destemeroso e audaz capitão, distinguido com a patente de capitão-mor e general do Estado. Tendo por guia a Frei Brieda e por comandantes de tropas ao coronel Bento de Oliveira, mestre de campo Antônio de Azambuja, sargento-mór Felipe Cotrim e capitães de infantaria Pedro Favela e Pedro de Abreu, iniciou a expedição a sua rota de Cameté em Outubro de 1637, com 45 pequenas embarcações, onde formigavam cerca de mil homens, inclusive 70 soldados e oficiais, além de Índios.

Bento de Oliveira, que era brasileiro, natural de Pernambuco, muito se distinguiu nessa jornada, a quem por seu valor e bravura, Pedro Teixeira confiou tranqüilo e comando da vanguarda.

A expedição fez a longa e porfiosa travessia por todo 1638, chegando a 15 de agosto à povoação de Paiamino, já no equador, onde já no encontrava, perto de Quito, o coronel Bento de Oliveira.

A viagem prosseguiu cheia de sucessos felizes ou de mil e um tropeços, nem sempre facilmente removidos, sendo dos principais embaraços o encontro com os já famosos Encabelados. Continuando a marcha, julgou Pedro Teixeira terminada a sua tarefa, realmente formidável, aos 16 de Agosto de 1639, quando, "defronte das bocainas do rio de Ouro, perante todos sos seus oficiais e soldados do Governador do Estado do Maranhão e Grão Pará, conforme o regimento de sua magestade", escolhera aquele sítio, em nome do rei Felipe, par tomar posse daquelas terras para a coroa de Portugal.

Conclue assim o cronista do feito:

"E como ninguém lhe contradissee, tomou terras das mãos do escrivão, que o investiu na posse".

Terminada a sua arrojada missão, que alargava surpreendentemente os domínios portugueses na América, Pedro Teixeira, sob os mesmos embaraços e tropeços da ida, empreendeu o regresso a Belém, aonde chegou, afinal, em Outubro de 1639. completava assim, gloriosamente, a sua temerária e afanosa lida "águas arriba" e abaixo, escrevendo na história das conquistas portuguesas mais uma façanha, digna de mais um canto de glórias da epopéia dos LUSIADAS, si ainda existisse Luiz de Camões.

XII

SÉRIE DE ACONTECIMENTOS ATÉ A RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL

A gente portuguesa, quer do continente quer das colônias e, dentre estas o Brasil, estava sob o domínio espanhol quando, após a incomparável jornada de Pedro Teixeira, o estado do Maranhão e Grão Pará sofria as conseqüências da inquietação geral.

Nesse período, surde no Pará Luiz de Vasconcellos como capitão-mor, afim de substituir a Manuel d'Eça, em 1629, não tendo sido feliz em seu governo, motivo por que foi suspenso e intimado a volver ao Maranhão. Era desse modo que o governador geral do Estado inspecionava a colônia, corrigindo os excessos, limitado as incursões em campo diverso da administração, dando ensanchas a que civilizados e indígenas tivessem confiança em suas providências.

Jacome Raymundo de Noronha assume o governo da Capitania, exercendo desde logo vigilância sobre os nôvos invasores estrangeiros: eram os ingleses, que efetivamente se haviam instalado na ilha dos Tucujús.

Uma expedição sob o comando do próprio Noronha e de que fazia parte o já célebre Pedro Favela, atacou os ingleses com tamanha energia e bravura que nenhum reduto resistiu à investida portuguesa. Noronha foi depois chamado à sede do Governo, no Maranhão, sendo substituído na capitania, onde estava interinamente Antônio de Albuquerque, pelo filho de governador, Feliciano de Carvalho, que prosseguiu na campanha contra os invasores. O nôvo capitão-mór, conseguindo a formação de tropas regulares e de índios, que se computavam por cinco mil, partiu de Belém para o Tocantins, onde constava a existência de estrangeiros, notícias que se positivou. Passando por Gurupá, reforçou a gente de favela e se partiu para aquele rio, batendo os selvagens Ingaibas, aliado dos ingleses. O nôvo forte Cumaú, que estes haviam levantado, entre os antigos Torrego e Felipe, estava ocupado por gentio adverso. Feliciano Carvalho, eficazmente auxiliado por Ayres Chinchorro e Pedro de Abreu, investiu e escalou o forte, debandando os aliados de Rogero Fray, comandante inglês, chefe da invasão frustrada, o qual foi morto em combate, dias depois.

Corria 1633 quando, não repousados ainda dessas lutas, os portugueses tiveram de defrontar-se com 500 homens aguerridos, que vinham socorrer Rogero Fray e fundar uma povoação em Cumaú. Nova expedição, agora de origem holandesa, se preparava Europa para investir a

Amazônia... A notícia de que os portugueses estavam atentos, havendo destroçado as últimas hostes de Fray, chegou em oportunidade de conter antes das águas do Amazonas a nova incursão européia, achando prudente os invasores encaminhar-se para Pernambuco, onde as armas flamengas haviam sido mais felizes.

Vários outros incidentes ocorreram na capitania do Grão Pará e no Estado do Maranhão, onde todos ansiavam, pelo domínio integral dos lusos nesta parte da América e onde já repontavam rivalidades. É quando em Portugal, a 1º de Dezembro de 1640, surge a nova aurora cheia de redenção e de esperança com a reconquista da independência e da glória para a brava gente lusíada.

XIII

ADVENTO E INFLUÊNCIA DOS JESUITAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

A era da renascença portuguesa no continente, que se positivou após a aclamação do 8º Duque de Bragança com o título de don João IV, determinou novos rumos à colonização do Brasil, que, durante 60 anos, estivera sem surto algum definitivo.

Depois de assentado, pela força das armas, o domínio das quinas nestas plagas, num episódio de heroísmo em que tanto se distinguiu a tenacidade portuguesa, o capitão-mór Ignácio do Rego Barreto, ainda sob os estímulos da expedição de Pedro Teixeira, pretendeu, mas sem êxito, o descobrimento das minas auríferas do rio Aguarico, afluente do Napo, retrocedendo em tempo da empreitada, que lhe valeu a destituição do poder, em 1649. era que Portugal tinha uma nova política a realizar no Brasil e não era essa mais de conquistas, sinão de evidente esforço no manter a integridade territorial, devassando os sertões, com as arrojadas incursões bandeirantes, em que tanto se distinguiram e honraram os paulistas. Um destes, Antônio Raposo Tavares, veio em 1651 a Amazônia, estando em Gurupá, onde estendeu as mãos amigas aos portugueses, que já por aqui estavam a conservar, intactas e defendidas, os lindes extremos do norte brasileiro.

Revelou-se, então, entre os colonos e seus descendentes, a cúbica pela partilha dos resgates, que se faziam após o des-

cimento dos índios, apossados pelas incursões interior a dentro. Essa mesma situação; que se desenhava contrária aos sentimentos católicos dos reis portugueses, produziu uma providência que veio a tempo de causar maiores distúrbios na colônia, principalmente nestas latitudes do norte.

Um novo elemento de coordenação surgiu, com o advento dos jesuítas no Maranhão e Grão Pará, ampliando a obra começada pelos religiosos das várias missões, que já haviam estabelecido as suas casas em São Luiz e em Belém, sem todavia expandir a sua influência pelos sertões.

Os 60 anos de quase abandono em que viveu a colônia, principalmente nestas longitudes, o homem se viu só, dentro de seu temperamento natural, em contacto com a natureza, sem a idéia de que uma força pudesse coibir-lhes os instintos. Essa força tibintinte poderia provir, agora, da propagação da fé através das revelações da influência divina que o sacerdote deveria empreender. E esse sacerdote foi o Jeintita, vindo primeiro, em Setembro de 1652, com os padres João do Souto Maior, Francisco Vidoso, Tomã Ribeiro e Gaspar Frago, todos portugueses, cujo palavra, na mesma língua de Camões, deveria estimular os colonos à obediência, não somente a Deus, mas ao rei, que já existia em Portugal. Contudo, o primeiro trabalho desses membros da Companhia de Jesus não foi outro senão o da piedosa restauração do que já havia sido empreendido no Grão Pará, anos antes, por esses abnegados jesuítas que foram os padres Luiz Figueira e Francisco Pinto, este martirizado pelos índios, num instante de profunda comoção para as próprias selvas, no seu augusto e impenetrável silêncio.

Propagavam os religiosos a fé, ensinavam o alfabeto entre os índios, pregavam os sentimentos de humanidade entre os colonos, infiltrando o espírito cívico entre, os que nasciam para uma nova pátria, que eles ajudaram a construir, elevando os primeiros templos a Deus e celebrando do púlpito os feitos gloriosos dos portugueses.

XIV

A CIVILIZAÇÃO, A FÉ É O SEU GRANDE APÓSTOLO: O PADRE
ANTÔNIO VIEIRA

Das suas humildes mansardas de Belém E sob os estímulos do superior da missão, que de São Luiz dirigia a obra,

que deveria tornar-se notável (seguindo o exemplo de Santo Maior, que havia lançado, ele próprio, os fundamentos da igreja de Santo alexandre, após um comovente apelo à sensibilidade lusa), os jusuítas se foram internano no delta maravilhoso, levando a palavra da fé e os relevos surpreendentes da amizade.

Foi ainda esse infortunado e glorioso padre Santo Maior, que teve o priemiro contacto com as temíveis hostes dos Neengaíbas, na ilha de Marajó, encetando om eles uma era nova de paz e de fraternidade, de que a própria morte do grande jesuíta lhes deixou um símbolo de aliança no seu crucifixo.

Surge então no cenário imenso da Amazônia, em pessoa o vulto do egrégio superior da missão, esse eminente e esclarecido semeador da fé e revelador de belesas do idioma, que foi o padre Antonio Vieira, "figura máscula de lutador", que é assim descrita por um de seus biógrafos.

"Era de alta estatura e de uma compleição vigorosa; tinha o rosto oval, a fronte larga e proeminente, o nariz aquilino, os lábios grossos, mas bem feitos; seus olhos, cheios de fogo, scintilantes sob a espessura dos supercilios, a cor levemente bronzeada, cabellos negros, uma barba abundante cpletavam esta physionomia, de cujos traços regulares resaltava uma energia integral, temperada pela bondade". (Tricentenario de Belém, pag.42).

Tal é o retrato físico do homem que, no Maranhão e Grão Pará, deixou os mais impressivos relevos de sua austeridade, de sua cultura, de sua atração irresistível, de sua poderosa, decisiva influência como político e até mesmo como diplomata nos destinos da colônia, a ponto de contrabalançar opoderio moral sobre os homens, de ministros, com o marques de Pombal, cuja figura parecia envolver a do próprio rei.

Foi esse homem extraordinário, que, para restringir a cubiça dos colonos, que desejavam a escravidão do índio, e queriam a conquista das terras auríferas, empreendeu com os seus companheiros a conquista das almas, e aproximou ainda mais do seio da civilização tribus e aldeias, entre todas Jurunas e Neengaíbas, indo pessoalmente às tabas selvícolas conviver com os filhos das florestas, sem medo nem rancor.

De sua jornada à ilha de Marajó regressou coberto de louros para a sua obra de catequese e de civilização, a ponto de se exprimir com estas palavras consoladoras: "As verdadeiras minas, infinitamente mais preciosas que as do ouro e da prata, são os milhares de atinas a salvar e a redimir"...

Nessa memorável viagem, cimentou Vieira a amizade entre os portugueses e os selvícolas mais aguerridos da região; subordinados à sua palavra, mais que às vozes de comando de seus capitães, os soldados portugueses se exaltavam ao seu serviço; mais que às manifestações da natureza, únicas que temiam, os Neengaflias renderam-se à tamanha força moral que o padre Vieira envolvia num gesto.

Quarenta mil filhos das selvas juraram então fidelidade a Deus e no rei de Portugal, prometeram e cumpriram a paz perpétua, que fez a maior glória de Vieira na Amazônia.

XV

DEPOIS DOS JESUITAS, A COMPANHIA DE COMÉRCIO DO GRÃO PARÁ E MARANHÃO

Alcançado sem sangue êsse admirável resultado, Vieira empreendeu uma viagem ao Nordeste até onde, além do Maranhão, se estendia a influência da Companhia de Jesús. Voltando a São Luiz, tambisni vitorioso de suas jornadas da fé, defrontou-se o padre superior com a luta, que então se extremava, entre o poder civil o a missão religiosa, em que ele punha todo o empenho de sua fortaleza moral.

A palavra de Vieira estrugiu nos púlpitos e nas praças, nos palácios o nos quartéis, sublevando os espíritos atreitos a conveniências inconfessáveis.

Reclamava contra a escravidão do indio, exprobrava as atitudes insólitas dos administradores, zurzia a consciência dos negociistas do trabalho e do esforço humano, que reduzi- am os selvícolas à condição de servos da gleba. Tamanha tempestade não podia deixar de causar uma tremenda animosidade contra os Jesuitas, que afinal deflagrou com a expulsão da ordem, consequência dos mesmos combates sofridos na metrópole, ao tempo do reinado de d. José I, assessoriado por esse poderoso ministro que foi o marquês de Pombal.

Preso em Belém e depois deportado para Lisboa, o padre Vieira regressou anos depois ao Brasil, a cuja civilização tantos anos serviu, vindo a falecer na Baía em 1607, nos úl-

timos lampejos do século XVII, onde tanto fulgiram os seus merecimentos.

Após a influência dos Jesuitas surgiu a infiltração de outra, de caráter mercantil, que mais convinha ao rumo dos negócios: a criação da Companhia de Comércio, que devia atuar no Estado do Maranhão o Grao Pará, obra tenaz da política econômica de Sebastião José do Carvalho e Mello, o grande e combatido ministro, então simplesmente conde de Veiras. Tais fóram os privilégios, as mercês, os empenhos, a ostensiva proteção à nova organização, pois além de seus intuitos, provadamente mercantis, tinha a sua reserva de poderes políticos, que a Companhia de Comércio em pouco tempo era senhora de todos os negócios do Estado, obumbrando por completo a influência deixada pelos Jesuitas na colônia. Era natural que urna tamanha expansão de privilégios a uma associação mercantil resultasse em monopólio, que mereceu, desde logo, o combate de quentes, na colonia a na metrapóle, viam o andamento e as conseqüências dos negócios, em detrimento de seus próprios interesses.

A Associação Comercial de Lisboa, já então existente em forma rudimentar, protestou contra a organização e os privilégios outorgados à Companhia, fazendo-se eco dos abastados negociantes do Maranhão, e Grão Pará, que viam absurdos nas concessões à empresa protegida pelo marquês. Os membros da Associação e esta própria fóram duramente castigados, ocunsoante nos revela J. Lucio de Azevedo, em seus crileriosos "Estudos de História Paraense":

"Verdade e que ainda a êsse tempo Sebastião José de Carvalho e Mello não tinha dado a medida do seu gênio tirânico. A violenta dissolução da confraria o a severa condenação de seus membros, foram o primeiro fuzilar da cólera olimpica, que por mais de 20 anos, havia de subjugar a nação assombrada". (Pag. 56 do livro citado).

XVI

O DRAMA DA PENETRAÇÃO E DA CONQUISTA LUSA PELO INTERIOR DO GRANDE VALE

Enquanto tais cousas sucediam no litoral, o sertão amazônico permanecia livre à incursão de missionários ou de arrojados exploradores que iam, a pouco e pouco, ocupando o interior.

Aqueles, os missionários, de origem espanhola ou portuguesa, procuravam fixar os filhos das selvas rias suas posses, ampliando os latifúndios da fé. Os portugueses que à força de lutas com os estrangeiros, se haviam tornado sobremaneira resistentes à dureza da terra e do clima, fôram outros tantos semeadores de pequenas povoações, localizando também tribus antigas e combatendo as hostis. E como não foi extraordinário esse esforço, que era quotidiano, pertinaz, na exploração de terras a dentro da imensa extensão continental, dilatada pela famosa jornada de Pedra Teixeira! A propósito dêsse capitulo de expansão colonial e cio energia português, depõe um moderno historiador destas paragens, metuculoso pesquisador:

"Os serianistas do Pará e do Maranhão, exihindo provas de uma coragem, de uma resistencia admiravel, prosseguiram na penetração, atingindo os pontos mais distantes do território, que foram incorporando ao dominio portuguez. Galgaram cachoeiras, lutaram com aspereza do clima, batalharam contra o indigena. Foram os protagonistas de um drama sensacional. Revelaram que áqueles dias já estava formada uma gente energica, capaz dos maiores cometimentos. Não havia perigo que os fizesse desanimar" (Arthur Cesar Ferreira Reis, "História do Amazonas", pag. 51).

Também à sua feição, jesuitas, religiosos da Piedade, mercenários, carmelitas e de ordens e instituições religiosas se multiplicavam no esforço, embora nem sempre pudessem faze-lo quanto ao número, que seria avultado, si em todos os quadrantes pudesse ser feita a catequeses.

Não deixou de haver lutas, sustentadas muita vez pelos próprios missionários aliados aos nativos. Houve a incursão nas águas do rio Negro, que defendiam, invencíveis, a entrada do Amazonas, escrevendo o indigena o comovente episódio de Ajuricaba. Já então os paraenses o maranhenses, fazendo causa comum com os portugueses, alargavam as conquistas da terra e reduziam o gentio à obediência.

Desse imenso trabalho, que durou decênios, em que missionários, sertanistas; e indica formaram um triângulo admirtivel de paciência, resignação, arrójo e ousadia, resultou o advento de um novo centro de atividades para a adminitração da colônia: a criação da Capitania de São José do

Rio Negro, justamente a maior porção territorial do grande Estado do Maranhão e Grão Pará, depois província do Império e circunscrição autônoma, também a maior, da República do Brasil: - o Estado do Amazonas.

XVII

DOIS ILUSTRES IRMÃOS EMPENHADOS NUMA OBRA COMUM DE SOBERANIA

Durante o reinado de d. José I em Portugal, abre-se um novo capítulo à civilização brasileira: suas melhores páginas foram escritas pela ação enérgica do marquês de Pombal. A administração portuguesa voltou para o Brasil as suas vistas e em muita cópia se estende a série de providências de exclusividade para a colônia, onde tivera origem a ascendência do eminente ministro, fato que um historiador brasileiro já assinalou, com abundância de detalhes.

Tão alta e impressionante significação tem, para o Brasil, a política do marquês de Pombal que esse mesmo escritor a exalta nestas palavras de justiça:

"O que fez, então (o renovador da monarquia lusitana), com o seu largo espírito e o seu admirável senso político, pelas colônias portuguesas e muito particularmente pelo Brasil, bastaria para recomendá-lo à nossa admiração e estima, como sendo, de toda a história colonial, o homem que mais clara visão teve do destino do nosso povo se não tivesse ele prodigalizado à humanidade outros favores e mercês".

(Elysio de Carvalho, "Laureis Insignes", página 197).

Esse mesmo justiceiro escritor, citando Oliveira Martins, refere, que se Mem de Sá foi o Afonso Henriques do Brasil, o marquês de Pombal foi o seu dom Diniz, o lavrador e o seu dom Fernando, o "criador do comércio e da navegação comercial".

Somente esses dois ramos e objetivos da ação administrativa de Pombal o tornariam, um homem principalmente desta, plagas, onde o seu maior gesto, de política e de humanidade, foi o da libertação dos índios de Pará e Maranhão,

por lei de 6 de de Junho de 1755, data que ficou sendo a mais gloriosa de sua vida, na opinião de um historiador luso nada generoso com Carvalho e Mello.

Ainda mais forte se tornam os laços de nossa estima o gratidão por Pombal quando ele próprio aliou aos seus serviços na Amazônia o seu irmão - Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a quem nomeou governador do Grão Pará a aqui foi o seu lugar tenente e mais distinguido colaborador, delimitando as nossas fronteiras o organizando, com a fundação de municípios pelo nosso interior, as células administrativas dêste vastíssimo território.

Também combatido como seu irmão, a Mendonça Furtado não fôram estranhos; os epítetos de seus adversários, que ora o chamavam de arrebatado, rude, ora de arbitrário, arrogante e vanglorioso, "homem sem fé nem crenças, duro perseguidor de regulares, desapiedado tirano dos índios". Era natural que assim fosse a tratara do irmão do combatido marquês depois seu ministro da Marinha. Mas o que na realidade ficou de sua memória por esas regiões são tão largos o fecundos serviços e notáveis obras, que nenhum capitão general prestou, nas funções de que se viram investidos, maiores nem melhores serviços a Portugal o ao Brasil, particularmente à Amazônia.

Dêsse historiador luso, que ainda há pouco citei, convem divulgar um tópico essencial para esclarecimento dos porvindouros:

de sete anos, deixando nos arquivos da capitania testemunhos de sua ilustração, bastantes, para podermos reputar mal informados os que lhe regatearam dotes intellectuaes pouco vulgares. Com as obrigações inerentes ao seu cargo, acumulou as de principal plenipotenciario nas demarcações com a Espanta. Estreita ligação tem este fato com a expulsão dos Jesuitas, que, para os espiritos liberaes, constitue a maior gloria de Pombal". (J. Lucio de Azevedo, "Estudos de História Paraense", págs. 17-18).

XVIII

NOVOS RUMOS PARA A EXPANSÃO LUSA: A CAPITANIA DE SÃO JOSÉ DO RIO NEGRO

As impressões de Mendonça Furtado sobre a nossa terra e sua imensurável extensão, deram motivo às duas cartas

régias de 3 de Março de 1755, criando a Capitania de São José do, Rio Negro, que foi a origem do atual Estado do Amazonas, e outra criando a Vila de Borba, no rio Madeira, que foi a primeira célula do municipalismo na nova circunscrição colonial. Outra vila se seguiu o com tal ímpeto de desenvolvimento que chegou a ser capital da capitania: Mariuá, depois Barcelos, no rio Negro, outrora aldeamento dos índios "Manaus".

A obra da expansão territorial tinha, assim, novos objetivos, de que Mendonça Furtado soube tirar proveito, nos dois anos em que esteve em Barcelos, aguardando inutilmente a comissão espanhola demarcadora de limites e ainda depois, já instalada a Capitania e a sua administração entregue a seu primeiro governador, coronel Joaquin de Mello e Povoas, que se revelou hábil e capaz da investidura.

Um dos primeiros atos desse novo administrador português na Amazônia para enfrentar o problema do povoamento da Capitania de sua responsabilidade, foi cumular de justos privilégios aos brancos, portugueses ou seus descendentes, que contraissem matrimônio com índias da terra

Informa. sobre o jucundo fato, o autor da "Historia do Amazoans":

"Os seus conselhos e os favores reaes concedidos frutificaram logo, lançando-se, assim, os fundamentos da familia amazonense" (Arthur Cesar. Ob. cit., pág. 110).

A nova Capitania, sob o influxo de Mendonça Furtado e a orientação direta de Mello e Povoas, foi-se organizando e, ao passar a novos dirigentes, ia conquistando novas prerrogativas com o aparelhamento judiciário e econômico. Um desses sucessores de Povoas, o coronel Joaquim Tinoco Valente, prosseguindo nessa obra, chegou a defrontar-se com os índios "Muras" que perturbavam a paz, ingressando num agitado período para a reconquista da ordem. Vieram depois o General Pereira Caldas, novo chefe da Comissão de limites com os espanhóis e cuja personalidade tanto mereceu que foi elevado à governança de Mato Grosso e Cuiabá.

Os incidentes então havidos entre portugueses e, espanhóis por causa dos limites da Capitania foram resolvidos de modo airoso pela diplomacia lusa, quando não o eram pelas armas, ou pela resistência moral dos portugueses, dentro das austeras linhas de seus direitos. O tratado de Santo Ildefonso, de 1 de Outubro de 1777, veio pôr termo às últimas inde-

cisões, firmado o Instituto Jurídico do "uti possidetis" ficando Portugal com o que possuía o conquistara até 1750.

Uma grande figura de lusiada eminente surge então no cenário do Amazonas: - o coronel Marroel da Gania Lobo d'Almada, governador nomeado a 26 de Agosto de 1786, o empossado quasi dois anos depois, em Fevereiro do 1788. Lobo d'Almada já estava experimentado nas rudezas da terra desde anos antes em Macapá, elevando as suas fortificações, e em Mazagão, instalando com enormes sacrifícios a nova colonia portuguesa transportada da praça de guerra de Mazagão, ria África, onde tantos louros colheu a bravura lusônia.

A obra de Lobo d'Almada na Capitania do Rio Negro tornou-o a maior personalidade de tódri. a história da colonização no Amazonas, onde seu nome é, justamente considerado. Político, soldado, administrador, homem justo o enérgico, Lobo d'Almada sofreu injustiças, como todos os homens públicos, mas a sua vida inteira foi dedicaria à sua missão de sedimentador da prosperidade futura do maior Estado do Brasil.

Morreu em Barcelos, em 1799, a 27 de Outubro, tendo enfim repouso eterno aquela grande energia creadora na própria terra que animou de sua atividade e ajudon a engrandecer-se perante as demais circunscrições do Brasil colonial

XIX

SÚMULA DAS ATIVIDADES MARANHENSES ATRAVÉS DE SEUS GOVERNADORES E CAPITÃES GENERAIS

Em tódo esse porfioso período da expansão lusa na Amazônia, viviam os governadores do Maranhão e Grão Pará ora fixas em São Luiz, ora vindo a Belém, ora mesmo transferindo a séde do governo do Estado para esta última cidade, como sucedeu em 1759, quando o Pará passou a ser cabeça das extensas capitanias do extremo norte do Brasil.

Em 1772, o Maranhão reconquistou a sua autonomia administrativa e o domínio sôbre si mesmo, passando a viver nôvo regimeu, entregue aos seus esperançosos destinos. Estavamos às portas do século XIX em que o próprio vice-reinado o depois reino do Brasil havia de conquistar a sua autonomia em 1822.

Os capitães generais do Maranhão, a quem incumbia a guarda a defesa de tão imensos latifúndios da Amazônia tiveram de se multiplicar no sentido das providências em que

a administração, a justiça, o rumo dos negócios e as próprias flutuações militares, tudo dependia de sua direta influência. nem sempre fácil, algumas vezes combatida, mas sonoramente inspirada pelos elevados intuitos do servir à causa do rei e à glória de Portugal. O primeiro choque violento, com que tiveram de lutar os governadores de São Luiz, foi aquela arrojada surronista, abrolhado ainda em 1684, com a rebeldia de Manuel e de Thomaz Beckman, em Bequimão, fato que constitui uma página veemente na formação histórica da nacionalidade que se constituiria 138 anos depois.

Veio então governar o Estado o tenente general Gomes Freire de Andrade, outra excepcional figura de militar, de político e de administrador, de cujo nome se envidua a nobiliarquia lusa. Os seus serviços ao Maranhão e Grão Para enchem as mais fecundas páginas de sua brilhante fé de ofício. Independentes do governo geral do Brasil, os governadores do Estado se sucedem, de 1626 e 1772, quando a região entra correntemente na forma de governo, com os capitães generais sem autoridade no Maranhão.

Desde aquela recuada era, além dos nomes que o prestígio dos sucessos já revelou, tiveram a Amazônia sob suas vistas, homens da ténpera, do valor, e da estirpe de Pedro Teixeira, Aires Chichorro, Pedro de Albuquerque, este natural de Pernambuco, a quem a história, pela sua brilhante atuação na guerra holandesa, cognominou de "Leônidas brasileiro"; Ignacio do Rego Barreto, André Vidal de Negreiros, também filhos de portugueses e muito ciosos de seus ascendentes; Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Manoel Rolim de Moura, Bernardo Pereira de Berredo, que encheu o quadriênio de sua administração deixando, além de seus grandes serviços à terra, outra obra extraordinária para a bibliografia brasileira, os "Anais históricos do Maranhão", que o tornou um dos grandes servidores das letras em nosso país.

Vem depois João Maia da Gama, Alexandre de Sousa Freire, Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, d'Frei Miguel de Bulhões e Sousa, que substituiu a Mendonça Furtado enquanto este delimitava fronteiras, Manuel Bernardo de Mello e Castro, Fernando da Costa de Ataíde Trilve, de Souza Gontinha, João Pereira Caldas, que foi o primeiro capitão general do Estado do Grão Pará. o Rio Negro (1772), José de Nápoles Teive de Menezes, Martinho de Sousa e Albuquerque, d'Francisco Mauricio de Sousa outinho, d. Marcos de No-

ronha e, e Brito, o ilustre fidalgo português que foi um dos Condes dos Arcos; o capitão general José Narciso de Magalhães e Menezes, e finalmente, um dos mais luzidos e assinalados padrões da fidalguia lusa, d. Antonio José de Sousa, Manoel de Menezes Severim de Noronha, conde de Vila Flór, com quem Portugal oncorrou a sério do seus capitães gerais na Amazônia.

XX

ÚLTIMOS TEMPO DA DOMINAÇÃO PORTUGUESA NO EXTREMO NORTE DO BRASIL

Quando os primeiros clarões do século XIX inundaram a história da civilização do mundo com a independência dos Estados Unidos na América, e, na Europa, a declaração dos direitos do homem pelos postulados da Revolução Francêsa, o Brasil e a Amazonia apresentavam um aspecto de nação que se organizava, sob os próprios influxos da colonização portuguesa. Das prerrogativas de Vice-Reinado em 1640, era o Brasil elevado em 1815 à categoria de Reino Unido ao do Portugal e Algarves, dando a impressão de que nestas plagas da Amazonia se repetia a visão profética de Camões: "Novo reina que tanto sublimáram"

A Amazônia, em realidade estava de todo em tudo despertada para os seus grandes destinos: a infiltração dos missionários religiosos, em especial dos Jesuitas, se fizera de molde a deixar o terreno preparado às primeiras vilas e cidades que então foram sendo eretas, ao mesmo tempo que as freguesias e paróquias iam substituindo os aldeamentos; os homens de cância, entre muitos Godin dos Odonais e De Ia Condamine, faziam as suas primeiras investidos para estudar o imenso livro da Natureza, nestas paragens ignolas e maravilhosas; a delimitação das fronteiras e o alargamento mesmo delas, iniciado desde Pedro Teixeira, ultimavam-se sob os estímulos e a influência decisiva do marques de Pombal e de Mendonça Furtado; a velha e porfiosa questão dos indios que cavara fundas discórdias no seio da colônia, entrara em periodo final com a abolição da escravidão dos filhos das selvas que passavam a ser donos de suas pessoas e de suas tabas. Eis, enfim, o quadro admirável, traçado por um escritor, destes episódios:

"Em todas as direções no Grão Pará, a expansão territorial crescia com o tempo; exploravam-se os

rios; buscavam-se comunicações entre os vales o a terra; assinalavam-se as altitudes; desenhavam-se os confins do Estado; havia, por toda a parte, em todos os rumos, uma intensa elaboração de progresso, pela grandeza, pela prosperidade desta riquíssima província setentrional da colônia." Alfredo Lamartine. Ob. cit. pág. 56.)

Outra circunstância concorria para a formação integral da capitania em marcha para os naturais destinos de sua independência: a criação da Diocese do Grão Pará, desde 4 de março de 1719 pelo Papa Clemente XI e por solicitação do rei d. João V. Em 1724, a 29 de Agosto, chegava a Belém o seu primeim bispo, d. frei Bartholomeu do Pilar, a quem se deve a sistematização da obra da catequese, que foi seguida por seus sucessores, dentre os quais um grande bispo, que, honraria qualquer sólio do mundo, êsse modesto e grande lusitano d. frei Caetano Brandão, honra e lustre da mitra na diocese paraense, ao tempo a mais extensa e menos povoada do Brasil. Era, ao mesmo tempo, a obra de colonização e de propaganda da fé, revelações de esforço muitas vezes superiores às energias humanas.

Ao passo que isso acontecia, a invasão dos francêses em Portugal determinava a vinda do príncipe regente, depois d. João VI, para o Brasil, onde chegou a 21 de Janeiro de 1808, à Bahía, cidade que tornou desde logo sede de seu império e de onde declarou guerra a Napoleão Bonaparte, à 1 de Maio.

Coube ao Grão Pará efetivar praticamente êsse estado de guerra entre Portugal e a França, enviando o capitão general d. José Narciso de Magalhães e Menezes uma expedição contra Caiena, sob o comando do tenente coronel Manuel Marques d'Elvas Portugal, que ocupou a praça de guerra onde o pavilhão francês foi substituído pela bandeira das quinas. De 14 de Janeiro de 1809 a 28 de Agosto de 1817, data do Tratado de Paris, a Guiana Francesa esteve sob o domínio de Portugal, o que significava ainda maior dilatação das fronteiras do Brasil.

Anos depois, quando o Brasil inteiro ouviu o grito de independência, que, um príncipe português, cavalheiresco e voluntarioso, d. Pedro de Bragança, lançou aos quadrantes da joven nação, na esplanada do Ipiranga, a 7 de Setembro do 1822, em São Paulo, a Amazônia não o ouviu desde logo, pela distância em que se achava, como pela organização que

fruía, quasi que sepacada das administrações do Sul. Sómente a 28 de Julho de 1823 no Maranhão e a 11 de Agosto desse mesmo ano no Pará fôram então rôtos os laços de ligação com Portugal, sem todavia extinguir as relações de consangüinidade, que são eternas, muito menos as de ordem econômica, que solidarizam os povos e tornam fortes as nações.

E desde 1823, mesmo separada politicamente de Portugal, a Amazônia Brasileira é ainda hoje o maior centro de atração das atividades portuguesas no Norte do Brasil, oinde se forja a prosperidade da maior nação americana, sob as revelações da energia nativa e os estímulos da gente, do esforço e das verdadeiras tradições portuguesas, que fôram o cimento e o alicerce dos monumentos da nossa civilização, por estas paragens do mundo.

Belém, Dezembro, de 1932.

—O—



PARECER

O Sr. Paulo Elentherio, secretário perpétuo do Instituto Histórico do Pará, e embro de vários outros grêmios científicos, enviou à assembléia inaugural do Instituto Panamericano de Geografia e História uma memória que intitulou Portugal na Amazônia, para acentuar que a conquista da Amazônia foi genuína obra de colonização portuguesa., Dedicada às colônias portuguesas do Pará, do Maranhão e do Amazonas.

Trata essa interessante memória da atuação e realizações da gente lusitano no antigo Estado do Maranhão os Grão Pará durante os séculos XVII, XVIII e princípios do século XIX até a época da independência nacional.

Depois de algumas notas sobre a vocação lusitana para a conquista de terras ultramarinas, ocupa-se o autor da colonização da Capitania do Maranhão, das lutas que mantiveram os portugueses com os franceses, nas quais saíram vitoriosos, da jornada do Grão Pará, da fundação da cidade de Belém, dos primeiros tempos da vida colonial sob a dominação espanhola, do grande feito de Pedro Teixeira, cujo, tricenário brevemente havemos de celebrar, passando em seguida a trilhar da grande influência dos jesuítas na Amazônia brasileira. Destaca, como formidável obreiro da civilização e grande apóstolo da catequese, o padre Antímio Viedra, o clássico incomparável, cuja influência literária ainda hoje perdura. Analisa a fundação da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão e a Política econômica do conde de Oeiras, depois marquês de Pombal. Descreve o drama da penetração e da conquista lusa pelo interior do vale amazônico, a formação dos primeiros núcleos coloniais e a criação da capitania de São José do Rio Negro, que foi a origem do atual Estado do Amazonas. Nos dois capítulos finais traz a narrativa até a independência nacional.

Revela a historiógrafo apreciável capacidade sintetizadora, pois conseguiu resumir fatos tão complexos em 31 páginas datilografadas, dando-nos uma súpula da história

do extremo norte capaz de despertar o interesse pelo seu estudo aprofundado. Utiliza a bibliografia brasileira mais recente, não se esquecendo, às vezes, de recorrer ao ingênuo e fiel cristão frei Vicente do Salvador. Dada a orientação que imprimiu aos eu trabalho, não podia recorrer à documentação original nem aprofundar certos pontos dignos de maior exame.

Como ensaio de vulgarização. Português na Amazônia pode e deve ser lido, e merece, em dúvida, a aprovação da outra assembléia do instituto panamericano de Geografia e História.

Rio de Janeiro, Sala das Sessões da Comissão, em 29 de Dezembro de 1932. - *A. Tavares de Lyra*, presidente. - *Alcides Bezerra*, relator. - *Octavio N. Brito*. - *Rodigo Ocatvio Filho*. - *Rodolfo Garcia*. - *Felix M. P. de Sampaio*. - *Souza Docca*. - *Alfredo Ferreira Lage*. - *Mucio Vaz*. - *Wanderley Pinho*. - *Vicente Ferreira lage*. - *Mucio Vaz*. - *Wanderley Pinho*. - *Vicente Valdés Rodrigues*. - *H A Torres*.



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA